

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 133, DE 15 DE JULHO DE 2013.**

“Altera o parágrafo único do artigo 1º; o artigo 2º; o § 1º do artigo 2º; o artigo 3º; o artigo 4º; o artigo 6º; o inciso III do artigo 7º; o artigo 11; e revoga o artigo 9º; da Lei 3.900 de 06 de junho de 2013 que Autoriza o Poder Público Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa AFK Caminhões Ltda, nos termos da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências.”

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Eldorado do Sul aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **LEI**

**Art. 1º** O Parágrafo único do art. 1º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

**Parágrafo único.** Os incentivos fiscais e econômicos deferidos nesta lei são os seguintes:

**I – Doação** de área pública na zona urbana do Município, com metragem de 20.000 m<sup>2</sup>, destinado à construção das instalações da empresa beneficiária;

**Art. 2º** O artigo 2º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

**Art. 2º** A área a ser doada para a empresa AFK Caminhões Ltda, encontra-se situada na zona urbana do Município, no lugar denominado Flor do Conde, inserida em um todo maior objeto da matrícula nº 26.555, do Registro de Imóveis de Guaíba, no Livro nº 02, do Registro Geral.

**Art. 3º** O § 1º do artigo 2º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

**§ 1º** A fração de área de 20.000 m<sup>2</sup> que será doada para a empresa beneficiária possui as seguintes medidas e confrontações:

**Art. 4º** O artigo 3º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

**Art. 3º** A doação da área descrita no artigo anterior será formalizada atendendo aos critérios e exigências desta Lei e da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, em especial aquelas contidas no artigo 4º, no que se refere à comprovação de regularidade da empresa beneficiária perante a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal, INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, e o FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

**Art. 5º** O artigo 6º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

**Art. 4º** À área descrita no art. 2º desta Lei, é vedado dar utilização diversa da prevista no caput do art. 1º do presente diploma legal, não podendo abandonar ou desativar a unidade instalada no Município antes de transcorrido tempo igual ao do gozo do benefício, contado a partir do encerramento do mesmo.

**Art. 6º** O artigo 6º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

**Art. 6º** No caso de a empresa beneficiária não iniciar suas atividades comerciais no prazo estabelecido no artigo anterior e não requerer a prorrogação contida no parágrafo único do mesmo artigo, deverá o Município operar a previsão estabelecida no artigo 562 do Código Civil Brasileiro, bem como no parágrafo único, do art. 59 da Lei Orgânica Municipal, revogando a doação por inexecução do encargo, não ensejando à empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**Art. 7º** O inciso III do artigo 7º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

**III** – Da utilização da área doada para fins exclusivos de instalação e funcionamento da empresa e eventuais subsidiárias ou sucessoras.

**Art. 8º** Fica revogado o artigo 9º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013.

**Art. 9º** O artigo 11º, da Lei nº. 3.900, de 06 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação.

**Art. 11.** Comprovada a má-fé na utilização dos incentivos concedidos nesta Lei, o Poder Público exigirá a imediata reposição do montante concedido a título de incentivo fiscal, acrescido de multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o total, sem prejuízo de outras penalidades legais cabíveis, bem como procederá a imediata revogação da doação da área descrita no art. 2º da presente Lei, não ensejando a empresa beneficiária qualquer direito sobre as benfeitorias realizadas no local que não possam ser retiradas e/ou restituídas.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 15 de julho de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## ***EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS***

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 133, de 15 de julho de 2013, que “Altera parágrafo único do artigo 1º, o artigo 2º, o § 1º do artigo 2º, o artigo 3º, o artigo 4º, o artigo 6º, o inciso III do artigo 7º, o artigo 11º e revoga o artigo 9º, da Lei 3.900 de 06 de junho de 2013, que Autoriza o Poder Público Municipal a conceder incentivos fiscais e econômicos, à empresa AFK Caminhões Ltda, nos termos da Lei Municipal nº 1.985, de 25 de janeiro de 2005, e dá outras providências.”

O presente projeto de lei visa buscar autorização legislativa para alterar a forma dos incentivos fiscais e econômicos concedidos a empresa privada, de permuta para doação de área para a instalação da matriz no município.

Justifica-se a presente alteração haja vista que a empresa beneficiária, embora ainda não esteja fisicamente instalada no município, já está promovendo o incremento do IPVA, com o emplacamento imediato de dois caminhões no município, que servirão de test-drive.

Também a abertura da filial de Criciúma em Santa Catarina, em prédio locado, irá ainda este ano provocar o giro financeiro da empresa.

Ainda, a empresa beneficiária já transferiu a sede da empresa para o município, estando somente no aguardo do licenciamento ambiental e aprovação de projetos para início das obras.

Neste contexto, uma vez que o incentivo está previsto na Lei Municipal nº 1.985 de 2005, e não há infringência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo em seu artigo 14, entendemos ser possível a alteração da forma do incentivo.

Sendo assim, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal